

# O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa

Esta grandiosa obra do séc. XVIII representa, ainda hoje, uma das imagens de maior impacto no perfil da cidade, sendo testemunho do nível técnico dos engenheiros, arquitectos e construtores que nela tomaram parte.



Aqueduto das Águas Livres, início do séc. XX.

Em 1571 escrevia Francisco d' Holanda a El-Rei D. Sebastião "E Lisboa, onde todos bebem água, não tem mais que um estreito chariz para toda a gente, e outro para os cavalos (...) E deve de trazer a Lisboa Água Livre que de duas léguas dela trouxeram os Romanos a ela, por condutos, debaixo da terra subterrâneos, furando muitos montes e com muito gasto e trabalho, não sendo Lisboa sua (...) E ganhe Vossa Alteza esta honra de fazer este benefício a Lisboa (ou lho faça fazer) de restituir esta fonte de Água Livre, que assim se chama, a esta cidade que morre de sede, e não lhe dão água"<sup>(1)</sup>. Holanda apresenta a primeira grande crítica urbana a Lisboa, embora não abandonando nunca algumas das características das descrições que dela se fizeram em Quinhentos. Apesar


das múltiplas nascentes nelas referidas<sup>(2)</sup>, o abastecimento de água à cidade era uma preocupação já antiga que merecera, ao longo dos séculos, a atenção dos seus governantes, patente na construção de um aqueduto pelos romanos, referido no relatório elaborado por Pedro Nunes Tinoco em 1618<sup>(3)</sup> (e que, de acordo com o testemunho do geólogo Carlos Ribeiro datado de 1879, se situava um pouco mais abaixo que o actual, conduzindo a Lisboa água de uma barragem situada em Carenque), e nos esforços empreendidos por monarcas como D. João II, D. Manuel e D. João III<sup>(4)</sup>. Talvez por influência de Holanda, D. Sebastião preocupar-se-ia com o estudo do modo de trazer a água a Lisboa, de acordo com a carta que enviara à câmara em 3 de Março de 1574 (na

qual se fala já num imposto a cobrar à população dando origem, mais tarde, ao real de água), tendo sido nomeado Nicolau de Frias mestre das Obras da Cidade para esse trabalho (que continuaria no tempo de Filipe II), segundo certidão passada pelo mesmo, datada de 23 de Junho de 1588<sup>(5)</sup>. Os estudos prolongar-se-iam pelo 1.º quartel do séc. XVII, neles trabalhando Leonardo Turriano, Teodósio de Frias, André Moreri e o já citado Pedro Nunes Tinoco. Tentava-se levar a água a S. Roque e, conseqüentemente, às novas áreas de expansão da cidade, e só questões de ordem política e financeira terão obstado à construção do aqueduto.

De iniciativa pública ou privada, novas tentativas para resolução do problema terão sido feitas já em finais desse século: em 1688 Mateus do Couto concluía ser o caudal das Águas Livres insuficiente para o abastecimento da cidade, ano em que surgia uma proposta feita por António de Miranda, a que se seguiram a de Teófilo Dupineaud e de António Júlio de La Pomaré, em 1700 e 1728, respectivamente.

Após um período de consultas à Câmara de Lisboa (iniciadas em 19 de Julho de 1719, e retomadas uma década mais tarde), só em 12 de Maio de 1731 D. João V assinaria o alvará dando autorização para o início da obra de construção do aqueduto. O atraso ter-se-á dado devido a problemas entre o monarca e o senado relacionados com a jurisdição da mesma, mas também a problemas de ordem técnica, uma vez que engenheiros e arquitectos nem sempre terão concordado nas resoluções a tomar, o que conduziria a sucessivas conferências e direcções. Com efeito, na

primeira vistoria efectuada em 30 de Janeiro de 1730, Cannevari discordaria dos outros técnicos<sup>66</sup> quanto às medições de água efectuadas, o que se devia à utilização de métodos diferentes de medição entre o italiano e a equipa de portugueses. Os estudos preparatórios terão prosseguido sob orientação de Manuel da Maia, não deixando de constituir surpresa a nomeação, em 1731, de Cannevari como director da obra, o que aumentaria, ainda mais, a confusão sobre algumas das decisões a tomar, nomeadamente no que diz respeito aos materiais utilizados na canalização, defendendo Manuel da Maia a sua construção em pedra (como viria a ser aprovada)<sup>67</sup>. Afastado Cannevari da direcção em 1732, esta seria assegurada por Manuel da Maia (a quem cabia a delineação da planta do troço do outro lado da ribeira de Alcântara), Manuel de Azevedo Fortes (engenheiro-mor do reino) e Joseph da Silva Pais, ficando como responsáveis pela medição da obra os arquitectos Custódio Vieira, João Baptista Barros e o medidor das obras do Paço, Pedro Ramalho. Custódio Vieira asseguraria mais tarde, entre 1737 e 1744, a direcção da obra, completando o projecto de Manuel da Maia e oferecendo como alternativa à proposta deste (que defendia que se contornasse o vale de Alcântara, furando o monte de Campolide) a travessia da ribeira. Escolhido o plano de Custódio Vieira para este troço, começariam, em 1740, os trabalhos sobre a ribeira. Percorrendo um total de 14 quilómetros entre a Mãe de Água Velha, da autoria de Manuel da Maia, e a Mãe de Água Nova, esta já de Carlos Mardel (sucessor de Custódio Vieira na direcção técnica da obra, seria o autor também, das Torres Lanternas que o encimam, do reservatório das Amoreiras e da maior parte dos desenhos para os chafarizes), o aqueduto é composto por um total de 35 arcos, 14 dos quais em ogiva, escolha de

Custódio Vieira, algo polémica, violentamente criticada após a sua morte por Ludovice (por questões de ordem estética), e pelo director da obra Claudio Gorgel, em 1745, por causa do custo da obra, a propósito da escolha do plano de Custódio Vieira em detrimento do de Manuel da Maia, referindo "que se tem despendido tam grande cabedal quesó no ferro para segurança dos arcos, pela sua grande altura, passou a despeza de 200 mil cruzados"<sup>68</sup>. Abastecendo a parte Ocidental da cidade, em especial as zonas para que se previam obras de maior importância (construção do palácio real a S. João dos Bem Casados), o aqueduto "permitiu a chegada a Lisboa de um caudal de 1860 metros cúbicos na estiagem, que conseguiram ser aumentados para 2480 pela entrada em funcionamento destes dois troços oitocentistas"<sup>69</sup>. Embora inicialmente se destinasse apenas a abastecimento público, uma vez que tinha sido pago pelo imposto cobrado à população, o real de água, em breve passaria a abastecer também privados, obrigando a sucessivas alterações no seu abastecimento até ao séc. XIX, de acordo com as necessidades de uma população cada vez mais numerosa. Resistindo ao terramoto (ao que não foi alheio todo o cuidado posto por Custódio Vieira na quantidade de ferro utilizada na sua construção), esta grandiosa obra do séc. XVIII representa, ainda hoje, uma das imagens de maior impacto no perfil da cidade, sendo testemunho, também, do nível técnico dos engenheiros, arquitectos e construtores que nela tomaram parte, fornecendo a mão-de-obra especializada para aquele que iria ser o maior desafio imposto a Lisboa: o da sua reconstrução após o grande sismo de 1755. 

<sup>69</sup>Da Fabrica que Falece à Cidade de Lisboa, Cap. VI "Da Água Livre", tradução e no-

tas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Coleção Cidade de Lisboa n.º 3, Lisboa, 1984, pp. 14 e 15.

<sup>66</sup>Muito curiosa é a descrição das águas da cidade e sugestões dadas por João Brandão de Buarcos em 1552 referindo, mesmo, os projectos que os vereadores da câmara tinham para aproveitamento das águas do Chafariz dos Cavalos, e propondo um chafariz para o Terreiro do Paço. In Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552, organização e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Coleção Cidade de Lisboa n.º 10, Lisboa, 1990, pp. 103 a 106.

<sup>67</sup>Roteiro da Ágoa Livre, Bib. Nacional, Cód. 427.

<sup>68</sup>Sobre esta problemática, veja-se o que escreve José da Felicidade Alves in Da Fabrica que Falece à Cidade de Lisboa, op. cit., notas ao Cap. VI, pp. 85 a 90.

<sup>69</sup>SOUSA VITERBO, Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, Vol. I, 1899, Edição Fac-Símile, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1988, p. 382.

<sup>66</sup>Manuel de Azevedo Fortes, Manuel da Maia, Joseph da Silva Pais, Custódio da Silva Serra e o padre Fr. Domingos de S. João Baptista.

<sup>67</sup>Para o problema da construção e gestão da obra do aqueduto consulte-se D. João V e o abastecimento de Água a Lisboa (catálogo de exposição), 2 vols., Câmara Municipal de Lisboa, 1990, e o excelente trabalho de Joaquim Oliveira Caetano "O Aqueduto das Águas Livres" in O Livro de Lisboa, coordenação de Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, pp. 293 a 312.

<sup>68</sup>CAETANO, Joaquim Oliveira, op. cit, p. 306.

<sup>69</sup>Ibidem, p. 294. Como refere, os troços citados são o aqueduto das Francesas e da Mata, já sobre administração da I Companhia das Águas.

TERESA DE CAMPOS COELHO,  
Arquitecta e Investigadora.